



RELATÓRIO E CONTAS

2024



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade social

FICHA TÉCNICA

UDIPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Sede	Rua do Carvalhido, 187 4250-102 Porto
NIF	505 983 206
Telefone	228 317 497
@	geral@udipss-porto.org
Url	www.udipss-porto.org
Constituição	30 de abril de 2002
Associadas	403
Membros do Órgãos Sociais	11
Equipa Técnica	4

Objeto Social

Expressão organizada da cooperação entre Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), sedeadas no distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosófico que lhes é comum.

Serviços

Assessoria Contabilística e Fiscal
Assessoria Jurídica
Assessoria Social e de Gestão
Assessoria à Contratação Pública
Central de Compras
Plataforma Ser IPSS | Informação | Newsletter
Formação | Workshop | Webinar
Projeto Social Digital 2.0.
Aplicação Consignação do IRS
Aplicação Financeira

Cálculo 3S – Sociedade de Contabilidade, Unipessoal, Lda

geral@calculo3s.org | 228 317 497 | www.calculo3s.org

Empresa especializada em serviços de contabilidade para as IPSS, nomeadamente:

Assessoria Contabilística e Fiscal
Contabilidade geral e analítica
Processamento de Salários
Estudos de Viabilidade Económico-Financeira
Acompanhamento contabilístico e fiscal de projeto

Aprovado em Assembleia Geral de 18/03/2025

Handwritten signatures and initials in blue ink.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

<u>Associadas</u>	Total 403	Filiações 4	Desfiliações 9
Ações de Formação	Temas	Ações	Participantes
Curso Ser Dirigente de IPSS	∞	16	465
Workshop		1	49
Webinar		3	88
		9	1 777
<u>Reuniões</u>	Assembleia Geral 3	Direção 11	Conselho Fiscal 2

O ano de 2024 foi ano de concretizações do Programa de Ação para o Quadriénio 2022-2025, nomeadamente quanto aos seguintes objetivos:

Objetivo	Concretização
Criar mecanismos de reconhecimento do contributo prestado pelos Órgãos Sociais das IPSS	Criação do Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS
Difusão da missão das IPSS e da União Distrital, a nível institucional e político.	Criação da Petição Pública para a criação do Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS
Manter e criar parcerias de interesse para as IPSS Associadas	Protocolo com a ACINGOV para o acesso a Plataforma de Tramitação de Contratação Pública a preços negociados Protocolo com a Corpos para o acesso a Seguro de Responsabilidade Civil para os Órgãos Sociais das IPSS
Reforçar a capacidade de difusão de informação	Criação da APP Financeira
Organizar um congresso sobre repensar o setor e os seus desafios	Organização do Evento "Ser Dirigente de IPSS – Desafios"
Capacitar as Instituições a 4 níveis: - Relacional - Infraestrutural	Criação da Formação "Ética e deontologia profissional nas IPSS", "O Gestor do Contrato nas Empreitadas" e "Medição de Impacto Social" Aposta em <i>Webinars</i> de apoio à elaboração de candidaturas a programas de financiamento, como o PRR.

Outro marco do ano foi a submissão do pedido de certificação da UDIPSS-PORTO enquanto entidade formadora da DGERT, certificação em 3 áreas (serviço social, gestão e direito) e em duas modalidades (presencial e à distância).

Ainda no presente ano destacamos a realização do Evento presencial na Fundação António Cupertino de Miranda, num encontro rico na discussão do papel do Dirigente de IPSS, com apresentação de soluções, e dos Resultados das IPSS nos anos 2014 a 2023.

Aprovado em Assembleia Geral de 18 / 03 / 2025

Jm' dos Santos *H*

M. dos Santos

M. dos Santos

MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE 2024

Objetivo Estratégico Proteger e Promover a Rede da União Distrital

Reforçar a representação das IPSS do Distrito do Porto nas Redes existentes	Representar as IPSS do Distrito através da participação em Redes Existentes	<p>Representação das IPSS Associadas em Plataformas de Política Pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comissão Distrital de Cooperação; - Conselho Local de Ação Social do Porto; - NPISA-PORTO; - Plataforma Supraconcelhia do Grande Porto; - Plataforma Supraconcelhia do Tâmega; - Conselho Geral CNIS; - Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS; - Conselhos da Comunidade do ACESs - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do Porto; - Conselho Consultivo para a Saúde; - Conselho Municipal de Educação.
	Apoiar a CNIS no desenvolvimento de atividades de interesse para as Associadas	Participação e divulgação de iniciativas da CNIS.
Difundir a missão das IPSS e da União Distrital	Realizar fóruns de discussão temáticos com as IPSS Associadas	<u>Atividade não realizada</u>
	Melhorar os canais de comunicação da UDIPSS-PORTO, seja através dos contactos direcionados ou das Newsletters quinzenais	Publicação de 24 Newsletters bem como realização de 100% dos contactos específicos com divulgação de informação de relevo no momento para as IPSS.
	Dinamizar Redes de Proximidade	<u>Atividade não executada.</u>
	Realizar reuniões distritais entre os Dirigentes e a Equipa Técnica das Uniões Distritais pertencentes à Região Norte	Realização de um Reunião com as Uniões e Federações da IPSS de apresentação do Estatuto do Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS
	Dinamização do Social Update	<p>Foram dinamizados 2 Eventos:</p> <p>1º 05-01-2024, sob os temas: Compromisso de Cooperação I Biénio 2023-2024, Alteração legislativa de Creche; Condições de Instalação MAVI; Contabilização dos Acordos de Cooperação, com 268 participantes.</p> <p>2º 15-05-2024, sob os temas: CCT em atualização; Complemento por demência, Creche Feliz; Principais alterações à Lei da ERPI, Modelo de Comparticipação das Casas de Acolhimento, Mobilidade Verde Social 2024 Vs 2023, PRR – Cuidados nos Avisos de Investimento; Contabilização dos Acordos de Cooperação com o ISS – SNC-ESNL, com 389 participantes.</p>
	Dinamização de Sessões de Esclarecimento, conforme o dinamismo do Setor Social e Solidário	<p>Foram dinamizados 9 Webinars:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aviso n.º 12 PRR – Viaturas; - As Portarias de Extensão de 20-02-2024; - Pré-Escolar: Organização e Funcionamento; - CCT à data; - Aviso n.º 11 PRR – SAD; - MAVI e Casas de Acolhimento; - Aviso Norte2030 – Eficiência Energética nas IPSS; - Restituição do IVA: PARES e PRR
	Criação do Estatuto do Dirigente de IPSS	Foi apresentada a proposta e dinamizada a do Estatuto de Membro Voluntário do Órgão de Administração de IPSS, em diversos eventos e sessões. Foi ainda criada a Petição Pública para criação do Estatuto.
Criação de ponte entre as necessidades das IPSS e a responsabilidade social das Empresas	Realização de reuniões a pedido das empresas sobre a criação programas de responsabilidade social, nomeadamente com a Empresa JAPautomotive.	

Handwritten signature and initials

Reforçar a construção do património da UDIPSS-PORTO	Registo das Marcas "Curso Ser Dirigente de IPSS" e "Plataforma Ser IPSS"	Atividade iniciada e não concluída.
	Apresentar e continuar a desenvolver a APP Financeira	A APP Financeira foi apresentada no Evento "Ser Dirigente de IPSS – Desafios".
	Certificação pela DGERT da UDIPSS-PORTO enquanto entidade formadora	Foi submetida à apreciação da DGERT a proposta de certificação da UDIPSS-PORTO.

Atividades não previstas e dinamizadas:

- Participação na Plataforma Juntos!Porto, plataforma criada pela Fundação Aga Khan Portugal e a Fundação La Caixa, enquanto entidade parceira, com o desenvolvimento de Diagnóstico Participativo do Serviço de Apoio Domiciliário, que irá envolver 100 IPSS que desenvolvem este serviço;
- Elaboração e apresentação do Estudo "IPSS do Distrito do Porto – Resultados de 2014 a 2023".

Objetivo Estratégico Impulsionar a sustentabilidade da Rede

Dinamizar e reforçar a prestação de serviços	<p>Aumentar a capacidade de prestação de serviços do Centro de Recursos Partilhados, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Assessoria Contabilística e Fiscal</i>, através de: <ol style="list-style-type: none"> elaboração de pedidos de informação vinculativa à Autoridade Tributária; construção constante de conteúdos e de informação de interesse. - <i>Assessoria Jurídica</i>, através de: <ol style="list-style-type: none"> melhoria da capacidade de resposta; construção constante de conteúdos e de informação de interesse. - <i>Assessoria Social e de Gestão</i>, através de: <ol style="list-style-type: none"> apoio na gestão dos Acordos de Cooperação, na componente de criação, revisão em alta ou em baixa, como na manutenção dos mesmos; Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeira de apoio na tomada de decisão de investimento e no pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro. - <i>Consultoria e Auditoria Social</i>, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas - <i>Central de Compras</i>, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas - <i>Assessoria a Projetos</i>, através da realização de candidaturas e acompanhamento à execução das Operações a Programa de Financiamento, como Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência. 	<p>100% das IPSS Associadas beneficiaram dos serviços da UDIPSS-PORTO, pela sua distribuição pelas diversas Assessorias (jurídica, social e de gestão e contabilística e fiscal).</p> <p>Realização de candidaturas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos Sociais do PRR: 36 - Mobilidade Verde Social: 61 - Equipamentos Sociais Norte2030: 1 <p>Assessoria de Gestão na execução de Operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos Sociais do PRR: 20 - Mobilidade Verde Social: 13 - Comunidades desfavorecidas PRR: 3 - PARES 20: 2 - PARES 30: 3 <p>Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1, no âmbito de candidatura ao PARES 3.0. - 4, no âmbito de candidatura ao PRR - 7, no âmbito do Pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro; - 1, no âmbito do apoio ao nível da gestão. <p>Realização de Assessoria à Contratação Pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajuste direto regime geral: 4 - Consultas Prévias: 34 - Consultas Prévias Simplificadas: 2 - Concursos Públicos: 4 <p>Realização de 1 Consultoria e Auditoria Social</p> <p>A Central de Compras teve 2 adesões de IPSS Associadas, concretizando um total de 88 IPSS a beneficiar do serviço.</p> <p>15 IPSS adjudicaram o serviço de Apoio Informativo.</p>
	Construir constantemente a Plataforma Ser IPSS	<p>A Plataforma Ser IPSS é o principal e único repertório de informação da UDIPSS-PORTO, pelo que todos os conteúdos criados estão disponibilizados na mesma.</p> <p>Criar novas Ações de Formação direcionadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <i>Membros dos Órgãos Sociais</i>, nomeadamente no Curso "Ser Dirigente de IPSS" e/ou atualização de informação para anteriores participantes <i>Direções Técnicas e de Serviços</i>, nomeadamente sob os temas Interpretação e análise de Dados Financeiros e <p>Foi dinamizada a 7ª Edição do Curso Ser Dirigente de IPSS, com 49 participantes.</p> <p>Foi criado um módulo de Angariação de Fundos na 7ª Edição do Curso Ser Dirigente de IPSS.</p> <p>Foram criadas as seguintes formações:</p> <p>Medição de Impacto Social</p>



Aposta na capacitação dos recursos organizacionais das IPSS Associadas	Contabilísticos, Avaliação de Desempenho e Descomplicar os BTEs.	Ética e deontologia profissional nas IPSS A Gestão do Contrato nas Empreitadas
	Dinamizar o Plano de Formação aprovado pela Direção	Realização das seguintes ações de formação, num total de 28, com 465 participantes: - "Medição de Impacto Social" - "Ética e deontologia profissional nas IPSS" - "A Gestão do Contrato nas Empreitadas" - "Operacionalização da Contratação Pública"; - "Férias, feriados e faltas: da teoria à prática"; - "Comparticipações familiares/utentes: da teoria à prática"; - "Proteção de Dados: da teoria à prática" - "Operacionalização da Empreitada de Obras Públicas" - "Direito laboral para a Direção Técnica" - "Processos Individuais nas respostas sociais da Terceira Idade" - "Processos Individuais nas Respostas Sociais da Infância"

AS CONTAS DA UDIPSS-PORTO DE 2024

	2024	2023
Total de rendimentos e ganhos	261 678,40	196 310,40
- Total de despesas e gastos	171 156,73	139 708,99
= Resultado líquido do exercício	90 521,67	56 601,41

Proposta da Direção à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício

A UDIPSS-PORTO apresenta um Resultado Líquido do Exercício de € 90 521,67 (noventa mil quinhentos e vinte e um euros e sessenta e sete cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação:

Transferência, na totalidade, para a conta Resultados Transitados.

...ado em Assembleia Geral de 18 / 03 / 2025

M. dos Santos

M. dos Santos

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Balancão em 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Notas	31 12 2024	31 12 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	586 653,04	607 898,35
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	10.1	114 626,73	80 734,57
		701 279,77	695 551,82
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.3	3 200,00	910,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	16 887,25	17 605,00
Diferimentos	10.4	360,06	262,02
Outros ativos correntes	10.9	0,20	0,00
Caixa e depósitos bancários	10.5	264 607,12	187 399,96
		285 054,63	206 176,98
		986 334,40	901 728,80
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10.6	19 236,13	19 236,13
Fundos	10.6	544 250,06	487 648,65
Resultados transferidos	10.6	317 923,33	323 123,33
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		881 409,52	830 008,11
		90 521,67	56 601,41
		972 931,19	886 906,52
Resultado líquido do Exercício			
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	1 336,20	3 279,20
Estado e outros entes públicos	10.8	2 399,73	2 718,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	291,50	0,00
Outros passivos correntes	10.10	10 375,78	9 121,21
		14 403,21	17 839,15
Total do passivo		14 403,21	17 839,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		986 334,40	904 448,67

Demonstração de Resultados por Natureza Período findo em 31 de dezembro de 2024

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	6	219 880,00	177 592,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10.13	7 033,48	0,00
Fornecimentos e serviços externos	10.11	(63 848,78)	(58 133,79)
Gastos com o pessoal	8	(71 849,50)	(52 236,75)
Aumentos/reduções de justo valor	10.12	7,08	1,35
Outros rendimentos	10.14	32 426,98	18 717,05
Outros gastos	10.15	(14 213,14)	(8 093,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		109 175,32	77 846,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(21 245,31)	(21 245,31)
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87 930,01	56 601,41
Juros e rendimentos similares obtidos	10.16	2 591,66	0,00
Resultado antes de impostos		90 521,67	56 601,41
Resultado líquido do período		90 521,67	56 601,41

Demonstração de Resultados por Funções Período findo em 31 de dezembro de 2024

Rendimentos e Ganhos	Notas	Serviços aos Associados	Períodos	
			2024	2023
Vendas e serviços prestados	6	219 880,00	219 880,00	177 592,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	(71 849,50)	(71 849,50)	(52 236,75)
Rendimento bruto		148 030,50	148 030,50	125 355,25
Outros rendimentos		41 798,40	41 798,40	18 718,40
Gastos administrativos		(85 094,09)	(85 094,09)	(79 379,10)
Outros Gastos	10.15	(14 213,14)	(14 213,14)	(8 093,14)
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		90 521,67	90 521,67	56 601,41
Resultado antes de impostos		90 521,67	90 521,67	56 601,41
Resultado líquido do período		90 521,67	90 521,67	56 601,41

... Assembleia Geral de 18/12/2023
pm da (mm)

M. dos Santos

M. ND

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2025

Rubricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de Clientes e Utentes		221 184,28	183 165,93
Pagamentos a fornecedores		(83 749,02)	(97 112,43)
Pagamentos ao pessoal		(54 982,02)	(38 558,99)
Caixa gerada pelas operações		82 453,24	47 494,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		(13 971,22)	(24 084,90)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		68 482,02	71 579,41
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	(32 265,73)
Investimentos financeiros		0,00	(115,50)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	83,28
Juros e rendimentos similares	10.16	2 591,66	13,16
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 591,66	(32 242,18)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		6 133,48	5 047,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6 133,48	3 604,36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		77 207,16	44 384,82
Caixa e seus equivalentes no início do período		187 399,96	143 015,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.5	264 607,12	187 399,96

- Índice
1. Identificação da Entidade
 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
 3. Principais políticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 4. Ativos fixos tangíveis
 5. Ativos intangíveis
 6. Custos de empréstimos obtidos
 7. Rédito
 8. Subsídios e apoios do Governo
 9. Benefícios dos colaboradores
 10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais
 11. Outras informações

1 Identificação da Entidade

A UDIPSS-PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social é uma associação de solidariedade social, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º 24, III Série, de 29 de junho de 2004, com sede na Rua do Carvalhido, 187 - Porto. Missão é a expressão organizada da cooperação entre as IPSS, sediadas no Distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum e dotando-as de modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação através de apoio técnico, administrativo, contabilístico, de formação, informação e de promoção e defesa dos seus interesses, e das populações a quem servem, junto da administração central, local e regional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

pm ty (Ruben)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, a informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantêm-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantidade de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11 para melhor compreensão. As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão seguros ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Obras de Manutenção	10 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

O Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto. A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advirham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

• Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

Handwritten signature: Jui da Cunha

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidos como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

A data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Emprestimos obtidos

Os "Emprestimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Terreno	25 097,50				25 097,50
Edifício	675 834,29				675 834,29
Equipamento Básico	29 891,64				29 891,64
Equipamento Administrativo	20 024,09				20 024,09
Obras de manutenção em curso	0,00	0,00			0,00
Ativo Tangível Bruto	750 847,52	0,00	0,00	0,00	750 847,52
Depreciações Acumuladas					
Edifício	106 544,43	18 537,77			125 082,20
Equipamento Básico	18 429,15	1 927,95			20 357,10
Equipamento Administrativo	17 975,59	779,59			18 755,18
Depreciações Acumuladas	142 949,17	21 245,31	0,00	0,00	164 194,48
Ativo Tangível Líquido	607 898,35	-21 245,31	0,00	0,00	586 653,04

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Programas de Computador	8 361,67				8 361,67
Ativo Intangível Bruto	8 361,67	0,00	0,00	0,00	8 361,67
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	8 361,67				8 361,67
Amortizações Acumuladas	8 361,67	0,00	0,00	0,00	8 361,67
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços		
Quotas e joias	126 915,00	116 562,00
Apoio Informativo	7 800,00	3 400,00
Assessoria de Gestão	37 200,00	28 190,00
Curso "Ser Dirigente"	9 240,00	12 875,00
Ações formação	36 625,00	16 565,00
Acordo de Subvenção	3 500,00	0,00
Auditoria Social	1 200,00	0,00
Evento "Ser Dirigente de IPSS - Desafios"	1 387,50	0,00
Subtotal	219 880,00	177 592,00
Juros		
Depósitos bancários	2 591,66	55,77
Total	222 471,66	177 647,77

7 Subsídios e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":



Man' t'ey P'ub'lyc' J'ud'ic'ia'

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

DESCRICOÃO	2024		2023		Demonstração de Resultados
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Capitais Próprios	
ISS, IP	Não Reembolsável	217 533,33	0,00	222 733,33	5.200,00
Total		217 533,33	0,00	222 733,33	52.848,00

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	0,00	0,00
Depósitos a ordem	29 607,12	47 399,96
Depósito a prazo	235 000,00	140 000,00
Total	264 607,12	187 399,96

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.236,13	0,00	0,00	19.236,13
Resultados transitados	487 648,65	56 601,41	0,00	544 250,06
Outras variações nos fundos patrimoniais				
- Subsídio ISS	222 733,33	0,00	5.200,00	217 533,33
- Doações	100 390,00	0,00	0,00	100 390,00
Total	830 008,11	50 686,71	5.200,00	881 409,52

10.7 Fomecedores

O saldo da rubrica de "Fomecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Passivo		
Fomecedores	1 336,20	3 279,20
Total	1 336,20	3 279,20

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Restituição IVA	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 096,50	1 296,50
Segurança Social	1 303,23	1 422,37
Total	2 399,73	2 718,87

10.9 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fomecedores		
Adiantamento a fomecedores	0,20	0,20
Total	0,20	0,20

10.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023

8 Benefícios dos colaboradores

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2024 e 2023, foi de 11 elementos. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 e 2023 foi de "2". Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	58 354,02	42 315,23
Encargos sobre as Remunerações	12 408,17	9 019,75
Seguros de Acidentes no Trabalho	454,01	478,77
Outros gastos com pessoal	633,30	423,00
Total	71 849,50	52 236,75

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

Descrição	2024	2023
Investimentos Financeiros		
Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":		
Investimentos em subsidiárias	113 465,16	86 498,98
Calculo 3S, Sociedade de Contabilidade Unipessoal Lda - Método de Equivalência Patrimonial	113 465,16	86 498,98
Outros Investimentos Financeiros	1 161,57	1 154,49
Fundo de Compensação Trabalho	1 161,57	1 154,49
Total	114 626,73	87 653,47

10.2 Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Associadas - Quotas	16 887,25	17 605,00
Total	16 887,25	17 605,00
Passivo		
Adiantamento de Associadas	291,50	0,00
Total	291,50	0,00

10.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	4 600,00	3 341,05
Perdas por imparidade	-1 400,00	-2 431,05
Total	3 200,00	910,00

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	360,06	262,02

	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		9 518,58		8 441,21
Outros credores		857,20		680,00
Total	0,00	10 375,78	0,00	9 121,21

10.11 Fornecimentos e serviços externo
A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	53 968,25	50 924,33
Materials	992,63	2 125,63
Energia e fluidos	375,95	1 092,38
Deslocações, estadas e transportes	395,33	123,12
Serviços diversos	8 115,62	3 868,33
Total	63 848,78	58 133,79

10.12 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2024 e 2023 os ganhos de "justo valor" no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2024	2023
FCT - Fundo de Compensação	7,08	1,35
Total	7,08	1,35

10.13 Subsídios, doações e legados a exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios	900,00	0,00
Doações e heranças - donativos	6 133,48	0,00
Total	7 033,48	0,00

10.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 13 de fevereiro de 2025.

Descrição	2024	2023
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27 226,98	6 923,98
Correções exercícios anteriores	0,00	948,00
Imputação subsídios ao investimento	5 200,00	5 200,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	5 585,30
Juros	0,00	55,77
Total	32 426,98	18 717,05

10.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	53,14	53,14
Outros Gastos e Perdas - Quotas CNIS	14 160,00	7 690,00
Correções exercícios anteriores	0,00	80,00
Total	14 213,14	8 093,14

10.16 Resultados financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos - de depósitos	2 591,66	55,77
Total	2 591,66	55,77
Resultados Financeiros	2 591,66	55,77

10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Aprovado em Assembleia Geral de 16/03/2025

pin' lus Porto

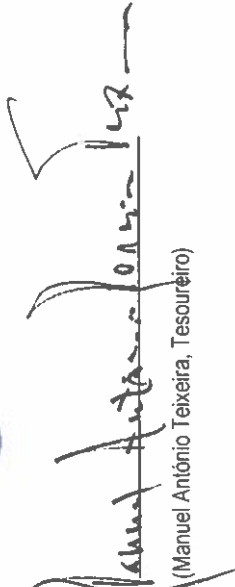
(M)

Porto, 13 de fevereiro de 2025,

A Direção



(Maria José Miranda, Presidente)



(Manuel António Teixeira, Tesoureiro)



(Bárbara Barros, Vogal)

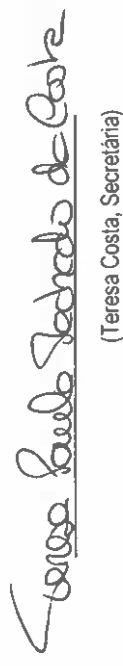
Aprovação em Assembleia Geral de 18/03/2025.



(M)



(FT)



(Teresa Costa, Secretária)



(Emilio Ricon Pates, Contabilista Certificado n.º 1768)

